É possível pensar em identidade cultural?

Nilson Almino de Freitas[1]

Resumo: O artigo desconstrói algumas premissas teóricas que fundamentam a ideia de identidade coletiva. O texto articula a reflexão mais abstrata com experiência de pesquisa empírica na cidade de Sobral, localizada no estado brasileiro do Ceará. Uma parte do núcleo urbano desta cidade foi tombada como patrimônio histórico nacional pelo IPHAN, em 1999, justificado pela necessidade de se preservar a "sobralidade". O problema que coloco é: como entender o cotidiano como resultado da diversidade de agências e redes de relações internas e externas ao território que abriga a "cultura local" e, ao mesmo tempo, crer em um discurso sobre a homogeneidade dos marcadores da identidade cultural? No caso de Sobral a preservação do patrimônio histórico virou política pública. Como entender a política pública, sem levar em consideração o termo "política"? Essas questões orientam a desconstrução da ideia de unidade cultural presente em algumas reflexões sobre a identidade e a coloca no contexto das disputas políticas no cotidiano.

Palavras-chaves: cotidiano, identidade coletiva, política pública, patrimônio histórico, cidade.

Abstract: The article deconstructs some theoretical assumptions underlying the idea of collective identity. The text articulates a more abstract discussion of empirical research with experience in the city of Sobral, located in the Brazilian state of Ceara. A part of the urban core of the city was declared a National Historic Landmark in 1999 by IPHAN, justified by the need to preserve the "sobralidade." The problem I pose is: how to understand the everyday as a result of the diversity of agencies and networks of relationships inside and outside the territory locator "local culture" and at the same time, believe, and a discourse on the homogeneity of the markers of cultural identity? In the case of Sobral preservation of historical heritage became a public policy. How to understand public policy, regardless of the term "politics"? These questions guide the deconstruction of the idea of cultural unity present in some reflections on identity and place in the context of political struggles in daily life.

Keywords: daily, collective identity, public policy, heritage city.

Considerações iniciais

Gostaria de iniciar essa discussão contando um caso que vivi em minha formação acadêmica. Em meados de 2004, estava cursando o Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Nesta época, fiz disciplina com um professor que tinha como proposta discutir a questão da identidade brasileira[2]. A primeira questão que o professor levantou foi ser a única identidade existente aquela que carregamos na carteira em bolsos ou bolsas. O professor também lembrou de uma das definições do termo na matemática. Lá se refere a uma

---

[1] Professor da área de antropologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú e pesquisador associado do Pós-doutorado em Estudos Cultural do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Aqui me refiro ao professor Diathay Bezerra de Menezes, na disciplina Tópicos Avançados em Sociologia – Sociologia Brasileira.

igualdade que permanece verdadeira quaisquer que sejam os valores das variáveis que nela apareçam, ao contrário de uma equação, que pode ser verdadeira apenas sob condições mais particulares. A matemática pode expressar a identidade de uma forma mais exata e inflexível, apesar da abertura com relação à apresentação de variáveis. Segundo o professor a que me referi, a ideia de identidade cultural é uma analogia a esse modelo da matemática. Entretanto, quando esse conceito é aplicado à realidade concreta, principalmente às relações sociais e culturais no cotidiano, o pesquisador acaba encontrando uma certa dificuldade, a não ser que assuma uma condição de árbitro autorizado a selecionar alguns elementos classificados como culturais na composição da descrição que remete ao conteúdo da identidade, seja ela coletiva, seja ela individual.

Confesso que tenho dificuldades em compreender concretamente o que é a identidade quando esta se refere à cultura ou à sociedade, principalmente a que fala de espacialidades e temporalidades de uma cidade, de um grupo de pessoas ou de uma comunidade no cotidiano. Não vejo como um grupo, seja qual for a dimensão desejada pelo analista, pode ser pensado como unidade exclusiva, isolada e independente do restante do mundo, compartilhando ideias comuns todo tempo. Também não consigo perceber a definição desse termo como soma de signos e referências coletivas em contraste com outras identidades. Inclusive, neste último caso, se fala mais de diferenças do que igualdades para se pensar a unidade.

Contudo, não posso deixar de considerar que vivemos em um modelo de sociedade ambígua. Socialmente estamos todo tempo sendo cobrados no sentido de encontrarmos um adjetivo correto que produza um reconhecimento individual ou coletivo que está sempre referido a uma variável culturalmente construída, como a profissão, condição física do corpo, lugar de nascimento, bairro onde mora, estado civil, nome de família, gênero, orientação sexual, crença religiosa, etnia, dentre outras. Bourdieu (2000)[3] nos adverte sobre essa tensão entre os designadores rígidos que são identificações constantes de uma existência unitária, institucionalizada socialmente que nos qualifica e quantifica. Por outro lado, vivemos em uma realidade descontínua, formada de experiências justapostas sem razão e imprevistas. Vivemos essa ambiguidade entre identificação e desconstrução da identidade no cotidiano. O "ser" é flexível na dinâmica própria do cotidiano, inserido em uma economia de trocas simbólicas e materiais com as coisas, pessoas, discursos e instituições, sempre tendendo a uma possibilidade de identificação mais sólida, sem conseguir alcançá-la de forma segura.

---

3 BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". in.: Amado, Janaína & Ferreira, Marieta de Morais (org.). Usos & Abusos da história oral. 3ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

Entendo a identidade na sociedade ocidentalizada em que vivemos (seria preciso pensar se posso generalizar) como uma tormenta, uma angústia ou algo que se quer e, ao mesmo tempo não se consegue plenamente. É uma tensão de ideias que tendem a produzir versões de identificações provisórias, não consensuais e pouco seguras, apontando mais para um “querer ser” do que para um “ser”, apesar de que, quando falamos de nós mesmos, temos a intenção de falar do “ser”. As instituições sociais regulam esse processo ambíguo e incompleto através da composição de uma espécie de sistema jurídico que acaba fazendo opção pela seletividade de alguns elementos negociados pelos agentes que criam um método de reconhecimento uns dos outros. As pessoas, portanto, acabam sendo reconhecidas por marcadores de identificação institucionalizados juridicamente por sanções sociais difusas e organizadas como diria Radcliff-Brown (1989)[4] que não são essencialistas e estão situados em contextos de relações flexíveis.

O que está em jogo, portanto, é uma identidade desejada, fundada em uma história desejada. Isso serve tanto para a identificação individual, quanto para a coletiva. A identidade cultural, nesse contexto, aparece também como um desejo. Deleuze (1997)5 entende o conceito de desejo como agenciamento de um conjunto de elementos que constituem o contexto do objeto supostamente referente. Não se deseja uma identidade ou uma história, mas uma série de elementos que formam um conjunto relativo ao lugar, à posição, ao interesse e à imagem que estão “ao redor” do “ser” desejado e o reforçam. Não se almeja ser “sobralense”, por exemplo, como acontece com o contexto de pesquisa onde trabalho, que é a cidade de Sobral, no Ceará e sua política de preservação cultural. Mas, sim, um lugar que o “ser” imaginado viria a ocupar no conjunto da sociedade mais ampla, a sua posição diante dos “outros”, e a imagem que esse pode projetar para “todos” aqueles que o veem. O que complica mais essa construção é o fato de esses elementos que estão “ao redor” serem também objetos que compõem outros conjuntos maiores desejados, como o “nordestino”, o “cearense” ou o “brasileiro”. Isso cria uma confusão aos olhos daqueles que pretendem entender a invenção da identidade, pois se espera dela algo mais sólido, com fronteiras precisas e não marcadores fluidos construídos de acordo com temporalidades e espacialidades diferentes.

---

4 RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. Estrutura e função nas sociedades primitivas. Lisboa: Edições 70, 1989.
5 DELEUZE, Gilles. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol.4. São Paulo: ed. 34, 1997.

Seria interessante pensarmos essa discussão mais teórica articulada com algo mais concreto, para que o leitor entenda meus argumentos. Para isso, passo a tratar de minha atividade de pesquisa em Sobral, cidade localizada na região norte do Estado.

Identidade Cultural: o caso da pesquisa sobre a cidade de Sobral-CE

O meu caso de pesquisa é exemplar para fundamentar essa discussão. Desde 1997 trabalho com o tema da política de preservação cultural, particularmente com o caso de Sobral que teve uma parte de sua área urbana tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1999, como patrimônio histórico nacional. O discurso do Processo de Instrução encaminhado ao IPHAN que fundamenta a implementação dessa política pública foi sustentado nos seguintes princípios básicos: identificação pautada na homogeneidade cultural; sistematicidade na construção de uma história em etapas (ciclos econômicos); essencialismo nas características marcantes; distinção e caráter especial da coletividade ("sobralidade triunfante"); relação entre a ideia de opulência e de tradição.

Em outra produção minha (FREITAS, 2012)[6], elaboro reflexão desconstruindo essa lógica. Lembro, dentre outros autores que me ajudaram a pensar essa desconstrução, de Simmel (2006)[7] que compreende o processo de elaboração da identidade como ação constante e cotidiana, envolvendo as pessoas que se encontram em interação. Ao se encontrarem em reunião, as pessoas orientam suas ações por conteúdos produzidos por interesses e necessidades específicas e situacionais. Os conteúdos usados são matérias da sociação, definida pelo autor como forma de estar com os outros, consequentemente tentando "ser" alguém no momento da interação, o que é muito mais um "estar sendo" do que um "ser". Esses mesmos conteúdos são as tradições e costumes usuais que são articulados com interesses, finalidades, tendências, condicionamentos psíquicos e movimentos mediadores da relação, acompanhados pelo sentimento mútuo dos sujeitos sociais que se socializam. Nesse momento é que as pessoas constroem valores das formas de conduta na vida social e os configuram para a situação específica de sociabilidade. Esta última é um movimento desagregador, tenso, entretanto, criativo. É um processo de ebulição que tem autonomia relativa, misturando ordenamento e desordenamento de formas de construção da sociedade

6 FREITAS, Nilson Almino de. Astúcias da memória: imagens, narrativas de espaço e práticas cotidianas dos moradores da cidade de Sobral/CE. Rio de Janeiro: Torre, 2012.
7 SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

(convivência sociável). A sociabilidade, portanto, não é uma mistura estável e discernível e desestabiliza qualquer tentativa de consolidação de fronteiras fixas.

A discussão conceitual é importante para percebermos os limites da identificação pautada na homogeneidade cultural, tanto do ponto de vista da constituição de espacialidades e suas fronteiras, quanto do ponto de vista das temporalidades que não podem ser organizadas de forma linear ou por ciclos dominantes, organizados somente no registro econômico, como aconteceu no caso dos argumentos que fundamentam a política de preservação aplicada em Sobral. A ideia de "sobralidade", que caracteriza a construção de um espaço cultural próprio na versão da história contada pelo processo de instrução enviado ao IPHAN, conta uma história linear, estável e possível de ser pensada em ciclos, desconsiderando o processo criativo e tenso que faz parte do cotidiano dos moradores da cidade que criam temporalidades e espacialidades recortadas e montadas de maneiras diferentes.

O Estado, como qualquer instituição social, carece de precisão nas informações sobre a identidade para melhor controlar suas ações através de políticas públicas. Precisa de classificações mais substantivas para poder administrar melhor as classificações sociais que orientam titularidades, créditos, direitos, dentre outros aspectos que caracterizam suas atribuições de regulação. O controle das relações só é possível transformar o que se apresenta como flexível em algo mais sólido. Quanto mais abstrata for a classificação, mais sólida vai ser. Por isso o número passa a ser importante instrumento de identificação, pois é puro abstrato. Aquele número da carteira de identidade torna o indivíduo único, o que favorece um controle maior sobre sua conduta sociável. A mesma lógica cabe na reflexão sobre a identidade local. Quanto mais abstrata e genérica a seleção, mais fácil se manipula a identidade, otimizando o controle e uso por parte dos operadores do patrimônio. A seletividade favorece a transformação da "cultura local" em um número de tombo, em um livro, como é o caso do método adotado para reconhecimento do patrimônio histórico.

No que se refere ao conteúdo do patrimônio cultural de Sobral, o discurso promovido pelo poder público, representado pela Prefeitura e pelo IPHAN, acaba justificando e sustentando suas ideias e ações no mito da "sobralidade triunfante". Esse mito tenta exaltar uma aura de "modernidade" lembrando que, na cidade, não é uma coisa atual, mas faz parte de sua tradição. Para tanto, agencia uma localização do ser "sobralense" no mundo social, cultural e histórico. Constrói um lugar próprio ou posição vivenciada que o classifica como singular.

No caso do sobralense, o pioneirismo, a prosperidade e uma postura cosmopolita são sempre ressaltados nas fontes da história monumentalizada pela política de preservação, mesmo tendo como mito de origem algo que remete a procedência rural, que é a pecuária extensiva. Como informa Le Goff (1984)[8], a ideia de monumento não representa ou comemora o conjunto de acontecimentos do passado, mas, sim, escolhas efetuadas pelos operadores do desenvolvimento temporal que usam como suporte técnico o trabalho histórico, arquitetônico e jurídico. Nesse caso, esconde uma posição política e uma perspectiva moral implícita de como se deve agir.

A cultura econômica da pecuária extensiva, portanto, constitui o primeiro ciclo histórico que possibilitou a produção de riquezas para que o sobralense possa estar conectado com o mundo, segundo a versão monumentalizada. A proposta é mostrar a identidade íntegra e segura a partir de um lugar original, definindo os primórdios da "sobralidade", mesmo que a origem remeta a algo que não parece coerente com o cosmopolitismo, pioneirismo e opulência, sempre ressaltados pela história monumental.

A história contada parece falar de um coletivo coeso, sem as tensões e conflitos presentes em qualquer grupo. É uma versão que pretende atingir um objetivo claro: mostrar para o morador da cidade os seus méritos e virtudes, denotando uma objetividade na sua narrativa, sustentada em supostos "fatos" históricos selecionados. É uma construção de uma autoconsciência coletiva, consubstanciada em uma ideia ufanista, relacionando uma memória selecionada cuidadosamente a uma mobilização do desejo por um futuro promissor. É também uma construção que tenta projetar uma unidade ou constância no tempo vivido no presente das pessoas envolvidas no conceito de "sobralidade", projetando esta unidade para uma necessidade de difusão nas gerações futuras. Pretende-se sustentar o reconhecimento desta unidade com base em uma determinada concepção segura e desejada por todos os sobralenses. A controvérsia passa a ser entendida como manifestação "irracional" e insensível.

Para que o poder público possa sustentar suas prerrogativas, o mito da "sobralidade triunfante" passa a ser fundamental para justificar suas ideias e ações. De fato é uma história desejada. Entretanto, se for baseado somente pela identidade desejada, o discurso sobre a "sobralidade" não se sustenta. Balandier (1997)9 ensina que o mito deve trabalhar na esteira da ação e passa por cima das diferenças para se realizar. Tem o dom da onipresença e age também na sua mera aparição, supondo ser sujeito a comandar a todos, convocando a

---

8 LE GOFF, Jacques. História e memória. 3 ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 1984.
9 BALANDIER, Georges. A desordem: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

irreversibilidade de sua definição. Formula uma lei que define uma ordem desejada e desvia a lógica da dominação em proveito de um coletivo genérico e impreciso, como é o caso da “sobralidade”. O mito esconde que se sustenta em uma verdade desejada; portanto, não quer transparecer que seu discurso tem uma relação direta com a tentativa de construção de uma eficácia num dado contexto de consolidação de uma posição política e moral sobre a história “correta” a ser contada.

Gostaria agora de discutir melhor a eficácia do discurso sobre a “sobralidade” no contexto político, principalmente pensando o processo de produção envolvido que, a meu ver, não tem relação direta com a dualidade dominante/dominado.

A identidade no campo de disputa política: reflexões do pesquisador sobre as redes e agências entre moradores

É curioso verificar na pesquisa até agora realizada como os operadores do poder público local, ao pensarem em qualquer “política pública”, lembram somente do segundo termo com um viés que remete a um serviço isento de um "bom administrador" pensando no "bem de todos". O "público", portanto, parece ser quase sinônimo de "povo", "todos", portanto, ninguém em particular[10]. Percebemos na experiência de pesquisa que desenvolvemos em Sobral que pouco se leva a sério o primeiro termo, "política", quando se refere ao exercício do poder público, esquecendo uma diversidade de códigos formalizados por sujeitos sociais que se posicionam e entram em conflito com outros sujeitos produtores de controvérsias.

Quando se fala das intervenções na cidade e as percepções que as orientam, sempre se pensa em uma suposta leitura consensual do que se deve fazer e pensar sobre o passado, o presente e o futuro. A proposição supostamente consensual é constantemente entendida como um preceito imperativo, necessário e inquestionável por supostamente ser pautado em racionalidades técnicas entendidas como científicas, ganhando força de verdade. O que se diz sobre a identidade, por exemplo, por ser “cientificamente” confirmada por especialistas diplomados, acaba sendo imposto como expressão da identidade coletiva. Essa leitura acaba sendo usada contra aqueles que se opõem, como já dito, que acabam sendo acusados de inconsequentes. Em muitos casos, inclusive, os termos da crítica são os “interesses políticos”, resignificando este termo como algo negativo.

Essa classificação das atuações no campo político como algo negativo, quase

10 Sobre isso Cf.Certeau, 1994.

"desonesto", parece ser comum entre nossos pares no cotidiano. Em muitos casos, dizer que uma dada manifestação é política tornou-se categoria de acusação. A política parece não ser vista como disputa de posições, opiniões e práticas. Parece haver uma ideia corrente de que existe uma posição mais correta, e as demais são usadas para derrubá-la, o que remete a um interesse somente pragmático em ocupar um suposto poder ou lugar de prestígio em benefício próprio quando se pensa o indivíduo que virou "político". O contrário disso é a isenção, a imparcialidade e a neutralidade, o que geralmente é remetido à honestidade e correção de conduta para o "bem do povo". O "administrador" público acaba se esforçando para dar um caráter de isenção em suas ações, dando uma impressão de que é possível ser neutro. Por isso que o interesse e a posição política acabam sendo confundidos como negativos.

Levanto a seguinte questão quando vejo discursos de ocupantes do poder público que afirmam fazer o "bem para povo": de quem eles estão falando? Que concepção de povo se leva em consideração? O povo, referente ao fazer público do administrador, representa um dado estatístico amorfo, no qual a subjetivação da opinião sobre o que ele faz não tem importância. O próprio Estado incorpora essa lógica executando suas ações com base em classificações que partem de sistemas generalizantes, apesar de a legislação, particularmente a que trata da urbanização e da preservação do patrimônio cultural, prever a necessidade da participação popular. O morador da cidade é entendido somente como o "público alvo" das políticas públicas. Portanto, o “alvo” da ação não está ancorado em um sujeito social particular. É comum aquele que ocupa o legislativo e o executivo jogar com essa imprecisão de um sujeito específico, afirmando fazer o que o povo deseja.

O termo política não aparece nos discursos dos operadores das políticas públicas como definição resultante de agentes e agências, portanto, posições políticas sobre a forma de fazer. Não apresentam este fazer como uma forma de ver e agir no mundo vivenciado como disputa de posições. Mostram a ação como resultante de uma reflexão racional elaborada por especialistas que, supostamente, sabem o que estão fazendo, muito mais do que o morador leigo, principalmente quando se fala dessa dimensão especial do campo político que se refere às políticas públicas. Nesta perspectiva, a opção por uma dentre várias formas de pensar e agir não faz sentido, já que a suposta objetividade da racionalização das ações políticas deixa de ser política e passa a ganhar uma aura de “técnicas” ou “científicas”, como já dito. A suposta objetividade tem a pretensão de impedir avaliações subjetivas da gestão dos processos. Inclusive os termos de classificação usados para pensar aqueles que vão se beneficiar são genéricos e imprecisos, pretendendo suprimir uma subjetivação da ação. A construção da

identidade local que sustenta a política pública de preservação da cultura está inserida nessa lógica.

No cotidiano, os moradores da cidade, por sua vez, agenciam critérios outros de definição das ações do poder público, que, em muitos casos, criam tensões entre o enquadramento racional e a pessoalidade. Nesse caso, não há uma racionalidade unificada como critério de avaliação das ações desencadeadas pela política pública por parte dos moradores. Há uma avaliação permeada por uma territorialização da cidade que passa a ser dividida por segmentações sustentadas em inúmeros critérios dependentes do contexto de relações construído. Estas divisões servem como mediação para matizar opções por determinados interesses e desejos.

O interessante no contato com as pessoas no cotidiano é que se percebe haver uma noção corrente de que as obras, principalmente aquelas que causam impacto visual grande naquele que a observa, são sempre resultado de um "fazer algo", o que repercute muito mais do que outras ações do poder público nas avaliações dos moradores. O saneamento, a reforma de uma escola, o financiamento de atividades culturais, a não ser aquelas que atraem grandes públicos como os shows de artistas conhecidos nacionalmente ou internacionalmente, festival de quadrilha junina, carnaval, dentre outros tipos de espetáculos de massa, parecem influenciar em opiniões que remetem ao "não fazem nada". Por outro lado, há sempre defesas por parte dos operadores da política pública criando discursos que lembram que eles, os "políticos", só se interessam mesmo em atender aos anseios da "comunidade", termo que acaba sendo usado para designar ações e desejos que pretendem não ser individuais, principalmente na época da "política".

A "política", nesta perspectiva, perde seu caráter de disputa entre opiniões diferentes e acaba sendo entendida somente como um tempo específico do calendário eleitoral no discurso das pessoas no cotidiano da cidade. Nas conversas com alguns moradores de Sobral pôde-se perceber que em suas falas normalmente apareciam o termo "tempo da política", ou "época da política" ou simplesmente "política", em referência ao período de campanha eleitoral. Palmeira (1996)[11] em seu trabalho no sertão de Pernambuco registrou o mesmo termo associado à campanha antes das eleições. O autor define que o "tempo da política" parece constituir um corte do espaço temporal do período que antecede às eleições na fala das pessoas. Chama atenção de que as relações sociais acontecem de forma diferente do restante do ano e o espaço da cidade é submetido a uma nova geografia determinada pela adesão a

---

11 PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (orgs.). Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

determinadas facções políticas. Essas adesões consistem num processo de comprometimento, em nível individual ou familiar, com algum candidato ou com alguém ligado a ele. O próprio partido ou outras formas de organização política parecem funcionar nessa lógica. No cotidiano uma rede de relações bastante ampla é construída, o que descreve esforços de diferentes agentes sociais conectados com base em interesses e desejos que passam por flutuações, desterritorializações e tentativa constante de novas conexões.

Nessa perspectiva, o campo político passa a ser entendido em contraste a mapas fixos e relações dualistas entre dominantes e dominados. Aparece também de forma distinta à avaliações psicológicas que apontam "patologias" morais de acordo com condutas frente à norma jurídica que classificam as pessoas, por exemplo, como "corruptas". Adaptando uma reflexão feita por Latour (1997)[12] sobre o "cientista", penso aqui o "político" no contexto da instabilidade nas relações de troca entre os diferentes agentes envolvidos, no período eleitoral ou fora dele. Nesta situação, o contexto de instabilidade das relações entre os agentes não pode garantir estabilidade constante de prestígio a ninguém que se apresente em determinado tempo como político proeminente. Por isso, o investimento daquele que ocupa um cargo "político" é constante nas ações que possam trazer "lucro" em sua atuação. Não adianta somente ganhar a eleição. É preciso investir na consolidação de uma imagem de "competência".

Entendendo a política pública no seu aspecto político, parece haver uma espécie de economia integrada de produção de ações, que não podem aparecer enquanto políticas, sendo caracterizadas como necessárias e imperativas para o "bem de todos". O lugar que o proponente da política pública ocupa no espectro das relações sociais, desempenha um papel fundamental no crédito de qualquer obra, o que acaba repercutindo na consolidação da credibilidade de sua carreira. Entretanto, só isso não é suficiente. Há um cálculo do agente político para avaliar as perspectivas oferecidas pelas oportunidades que se apresentam para ele. O investimento deve ser mais rentável do que aquele que poderia ser feito em qualquer outro setor das ações do poder público. Isso envolve uma negociação cotidiana entre várias partes interessadas que avaliam o "capital" que pode render como repercussão. Nesse caso, o "investidor" abre um "mercado" para si graças a uma suposta contribuição que deu para consolidá-lo. Disso resultam novos convites e negociações com novos agentes sociais transformando sua "economia" em uma "renda" significativa. A intenção daquele que está na gestão do poder público é criar um ciclo de ganho de credibilidade que possa permitir novos

---

12 LATOUR, Bruno. A credibilidade científica. in: A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, pg.205-263.

ganhos. O objetivo não é somente o reconhecimento, mas construir uma força de verdade sobre a sua competência.

Nesse caso, a percepção do morador da cidade, integrante e integrado em redes como atores sociais que promovem negociações no cotidiano sobre a cidade e a história desejada, é fundamental para entender o espaço e o tempo social e cultural como plurais e diversificados, mas também como resultado de agências múltiplas que estão em constante tensão e conectadas em redes que são construídas e destruídas constantemente. Suas falas não são meras opiniões, são transformações de experiências concretas com vários outros agentes em histórias que merecem ser registradas pelo pesquisador, não como oposições à versão monumentalizada, mas como complemento, enriquecendo de sentidos múltiplos suas relações. A posição no espectro das relações políticas ou agenciamentos e consolidação de redes criadas por narrativas e práticas dos moradores do espaço urbano de Sobral são fundamentais para compreender suas experimentações no sentido de enriquecer a história local. Acho até que vale mais a pena falar de "histórias". Entretanto, mostram transformações e não fatos consolidados. Mostram movimento e não mapas fixos temporalmente organizados de forma linear.

Por esse motivo, somente o registro e análise não são suficientes. Na pesquisa que desenvolvo na cidade de Sobral, tento acompanhar o movimento e as transformações das histórias em várias linguagens. A pesquisa soma documentos orais e visuais ao acervo já existente no Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas – Labome –, arquivo público com essa finalidade. Entretanto não se contenta com isso. Pretende também analisar a documentação oral e visual no seu conjunto para expressar a reflexão sobre as fontes de pesquisa textualmente e na modalidade de documentários.

Independente da escolha metodológica que eu como autor do documentário possa fazer, no cotidiano da produção do filme, não dá mais para crer que registre a "realidade". Aqueles que são documentados pelo registro fílmico são, ao mesmo tempo, agentes expressivos da experiência vivida pelo grupo escolhido como foco de pesquisa, como também atores, no sentido teatral do termo, quando se tem o aparelho fílmico como mediador do registro. Entretanto, parto do pressuposto de que a representação teatral não é somente resultante de uma imaginação ficcional. Assim como o filme, não é uma forma de fantasia ou um faz de conta especulativo. É um modo de percepção - representação performática - que vai além da idealização da cena. É uma realidade inventada e uma estética sensível que remete a

uma concepção que se quer passar. Como diz Cliffod Geertz (1991)13, pensando o caso da relação entre teatralização e política em Bali, é um signo no contexto de um sistema de signos, ou uma imagem em um campo de imagens múltiplas. Portanto, o ator não imita algo que ele idealiza de forma neutra e imparcial. Para ele, trata-se, antes de tudo, de uma moral e um ato político. Tal relação faz com que a inclusão da dramatização não seja contraditória, nem com a produção de um documentário, nem com o trabalho de campo do pesquisador, pois é essa relação entre agentes em rede que analiso. O filme favorece uma forma de ver diferente e, ao mesmo tempo, complementar ao texto14.

Essa experiência fez com que o conceito de identidade coletiva sustentada em uma unificação consensual de representações ficasse cada vez mais imprecisa. A nebulosa “sobralidade” passou a ser cada vez mais incompreensível quando o foco de atenção é o cotidiano.

Considerações finais: amarrando argumentos

Algumas características levantadas sobre a constituição da identidade local, a partir da política de monumentalização da cidade de Sobral, merecem reflexão sistematizada, além daquela já citada que pensa a “modernidade” como uma tradição local. O cosmopolitismo, por exemplo, que pode também ser associado à denominação da cidade como “United States of Sobral”, remete realmente a uma característica da identidade local? Influenciado por Flusser (1998)[15] ao pensar o brasileiro e adaptando ao meu caso, penso que o estrangeirismo contido no discurso que fundamenta a "sobralidade" expressa uma forma de tentar ser equivalente ao que se pensa do Europeu ou alguma outra cultura onde possa estar contida a ideia de "moderno", "pioneiro", "opulento" e "próspero" como é o caso dos Estados Unidos da América. A denominação “United States of Sobral” a que me referi, muito comum nas brincadeiras de meus amigos de Fortaleza e também usada na cidade de Sobral em alguns eventos públicos, como no *banner* do programa de rádio semanal no Becco do Cotovelo, ou

13 GEERTZ, Clifford. Negara O Estado Teatro no Século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

14 Posso citar como exemplos de filmes resultantes de minha pesquisa em Sobral, tendo minha participação na direção ou auxiliando na direção compondo roteiro e produção, envolvendo colaboradores e bolsistas de pesquisa, as seguintes obras: “Sobral no Plural”, dirigido por mim e por Paulo Passos; “Dom Expedito: Cultura, Arte e Expressão”, dirigido por Thiago Castro; “Vida e Bairro: Vila União”, dirigido por Josiany Oliveira; e “Sumaré: história, versões e gerações”, dirigido por Daniele do Nascimento.

15 FLUSSER, Vílem. Fenomenologia do brasileiro. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

lembrada indiretamente na placa em inglês "*elbow street*"[16] para nomear esse mesmo lugar afixada na parede externa ao Café Jaibaras, não aparece a toa.

Nesse caso parece haver uma defasagem no engajamento histórico que fundamenta a construção de uma identificação do sobralense, já que, ao se investir nessa construção, ela se prende a elementos que não são exclusivos do "sobralense". Os livros de historiadores locais, memorialistas e até no Processo de Instrução encaminhado ao IPHAN, para fundamentar a necessidade de tombamento, são algumas das fontes documentais onde aparecem passagens que apontam para um certo caráter cosmopolita do morador da cidade, quando consome produtos da moda na Europa e nos Estados Unidos[17]. Logicamente que há também uma defasagem na definição do que seria europeu ou norte-americano. Não podemos pensar esses territórios como unidades culturais indiferenciadas internamente. Entretanto, há uma certa ideologia inventada sobre o que representa a identidade substantiva desses territórios, que fundamenta, por sua vez, o caráter cosmopolita em detrimento de uma concepção que possa relatar um exclusivismo cultural da cidade de Sobral. Isto resguarda uma ambiguidade: ao mesmo tempo que é diferente, é igual. A diferença remete ao que é peculiar à região sertaneja a que Sobral pertence, apesar de o mito de origem na economia da pecuária falar o contrário. Talvez isso explique a opção pela construção da história local como ciclos. O primeiro, que remete a algo "primitivo", teria sido superado pelos demais. A igualdade remete ao que é de fora quando se pensa no cosmopolitismo. Em resumo, a ideia é ser diferente do que se caracteriza como "sertão" e parecido com o que se caracteriza como "civilizado" ou moderno. Logicamente que esses discursos são móveis e vão agregando outros elementos. O sertão não some completamente e pode aparecer no seu aspecto climático em algumas fontes, misturado aos demais elementos listados como peculiares ao ser sobralense. O calor nos meses de setembro a dezembro, por exemplo, pode ser lembrado sem prejudicar a coerência do discurso.

O que aprendi a considerar é que o mito, a imaginação, a transgressão não podem ser deixados de lado em qualquer realidade cultural, apesar de a sociedade ocidental moderna sempre ter lutado contra eles. A questão é que este processo de criação da identidade coletiva não pode ser representado como neutra. O reconhecimento das relações de poder e de interesses diferenciados tem que ser explicitado, principalmente os referentes às representações simbólicas relativas à sua construção.

---

16 Apesar da tradução do substantivo "street" ser "rua", a placa permaneceu como se a expressão "Elbow Street" significasse "Becco do Cotovelo".

17 Sobre isso Cf.Mont'Alverne Girão & Soares, 1997.

Os agenciamentos constituídos para fundamentar a construção da "sobralidade" são bastante amplos. A subjetivação das relações políticas favorece uma redistribuição de força de verdade sobre a competência que pode transgredir uma hierarquia local e se expande para um território mais amplo. O governador do estado do Ceará Cid Gomes, que tem forte sustentação política em Sobral, assumiu a gestão em 2006 e foi eleito para um segundo mandato em 2010. Não esconde em seus pronunciamentos públicos seu interesse em investir na região, mesmo dizendo que, apesar disso, vai fazer uma distribuição equitativa de suas ações políticas por todo o Estado. Independente disso, todos os elos da corrente de conexões que o sustentam politicamente devem ser fortes, envolvendo os seus assessores diretos, o morador de Sobral sem vínculo nenhum com a associação de bairro, os líderes comunitários e até as obras em cada parte da cidade ou da região, tendo como sustentação um discurso que possa agregar valor às suas estratégias. A confiança em todos os elos vai variar de acordo com temporalidades criadas pelas eleições. Alguns valores e ações são mais importantes que outros, dependendo de estarem próximos ou distantes do período eleitoral, assim como da proximidade ou distanciamento dos agentes sociais do líder da facção política no cotidiano. As conexões múltiplas existem porque o "político" tem necessidade de aumentar sua própria produção de força de verdade sobre a sua competência que pode ser negociada no sentido de busca de reconhecimento, apesar de se submeter a um líder maior. É o caso de o prefeito Clodoveu Arruda que assumiu a prefeitura em 2011, em decorrência do afastamento do titular, sempre lembrar da ajuda do governador ao falar de suas ações políticas. Logicamente alguns elementos do sistema que regulam as reciprocidades articuladas no cotidiano da cidade não podem ser mencionados publicamente, pois correm o risco de serem interpretados de forma a desautorizar a força de verdade do discurso sobre a sua competência.

As flutuações do "mercado de bens" valorizados politicamente é que vão dizer quais agências podem ser negociadas com mais chance de "remuneração". A rapidez com a qual essa negociação fornece mais credibilidade é sinal de "bom investimento". A ideia é acelerar o ciclo de credibilidade que acaba agregando valor quando se usam adjetivos como "competente" ou se qualifica uma atitude pessoal como resultante de "esforço pelo bem do povo" ou "paixão" pelo lugar que o político representa no poder executivo.

Na reflexão que faço, parece haver uma propensão a entender as ações promovidas como políticas públicas resultantes de pessoas sem honra, pragmáticas, sem escrúpulos. Não seria esse o foco. Acontece que uma psicologia do político seria muito pouca para compreender o funcionamento da rede de relações de que ele faz parte. São necessárias ações

convenientes com o objetivo de produzir força de verdade sobre a sua competência. A conveniência, como argumenta Certeau (1994)[18], é definida por critérios peculiares a situações contextuais em que as agências são constituídas. Nessas situações, o agente é entendido enquanto singularidade e é especializado diante de sua conduta moral, social e profissional, sendo "julgado" e "classificado" pelos seus pares. Portanto, as práticas do agente político, seja ele o prefeito, o governador ou morador da cidade, são construídas na tensão entre a "conveniência" e a astúcia. Nesse caso, as narrativas individuais dos moradores, a paisagem, a organização do espaço, assim como as políticas públicas e obras dos agentes políticos profissionais são fundamentais para entender a cidade como produto de uma "arte" e de agências em rede bastante ampla. Os distintos personagens que compõem o cenário urbano de Sobral, portanto, são difíceis de se classificar como síntese de uma classe ou grupo, relativizando dicotomias como elite X popular. Os prestigiosos agentes sociais que ocupam os cargos públicos, assim como os demais situados em outros segmentos sociais, também são habitantes da cidade, os quais criam imagens distintas e experiências variadas.

A batalha pela produção de força de verdade sobre a sua competência, por parte do político, portanto, não se sustenta se pensarmos exclusivamente na racionalidade da política pública ou em um pragmatismo calculista em relação a triunfos e investimentos. A sua posição o obriga a ser um estrategista que escolhe o momento oportuno envolvendo-se em colaborações potencialmente ricas, avaliando e aproveitando oportunidades, correndo atrás de processos, práticas, discursos e instituições que possam se adequar ou convencê-lo de fazerem parte do elo de conexões que consolidem a sua busca pelo reconhecimento de sua competência em ser aquele que "faz". Nesse caso há uma convergência de trajetórias múltiplas de agências entre os distintos sujeitos presentes na rede de relações construídas no próprio local ou fora dali.

Os moradores, inclusive aqueles dos bairros periféricos, participam dessa lógica como mediadores de sujeitos abstratos entendidos como "comunidade". Sabemos que esse termo, apesar de aparentar unidade, não representa exatamente um grupo homogêneo. Mas, para aquele classificado como "líder", é impossível agir se também não estiver conectado em rede com outros, mesmo que o termo "outros" seja impreciso, para que possam também lhe dar força de verdade sobre a sua competência em representá-los.

---

18 CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994.

Nesse sentido, pensar a identidade local remete para relações bastante complexas que dificultam sua precisão, a não ser que se assuma o ponto de vista e a posição política e moral sobre sua construção e gestão. Isso é o que de fato acontece e é escondido pelos seus operadores e pela institucionalização a partir de políticas públicas direcionadas à preservação do patrimônio cultural. Prestar atenção ao termo “política”, faz com que este passe a ser definido de uma forma diferente nessa perspectiva. Passa a ser entendido como uma agência de interesses, valores, padrões morais e práticas que são negociadas de forma pouco harmônica entre interlocutores que nem sempre estão em posições sociais, culturais e econômicas iguais. Nesse caso a política não tem um lugar nem tempo próprio e distinto das práticas cotidianas dos moradores da cidade. Muito pelo contrário, faz parte e é imprescindível nas suas vivências na cidade e faz com que a identidade local não possa ser mais pensada no singular, não possa ser entendida jamais como fixa ou imutável. Vale até a pena pensar se a ideia de identidade não teria perdido sua eficácia operacional. Talvez o conceito esteja naquela mesma situação de um remédio que perde seu prazo de validade. A não ser que possamos assumir que é de fato um instrumento de lutas políticas entre pessoas e grupos com posições múltiplas que disputam reconhecimento e poder de verdade.